

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS



CENSO SUAS 2018 GESTÃO MUNICIPAL

MANUAL DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO Gestão Municipal Secretaria Municipal de Assistência Social

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

RECOMENDA-SE A LEITURA PRÉVIA DESTE MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Brasília, 2018.

APRESENTAÇÃO

O Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social, como dispõe o Decreto 7.334, de 19 de outubro de 2010.

O questionário eletrônico da Gestão Municipal deverá ser preenchido pelos municípios no período de 8 de outubro a 30 de novembro de 2018.

Os questionários devem sempre ser preenchidos em papel antes do preenchimento no sistema eletrônico. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis.

Para envio das informações ao Ministério, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas.

O MDS recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico. O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Atenção!

A senha de acesso para o preenchimento do questionário eletrônico deve ter perfil de usuário cadsuas.municipio ou cadsuas.estado



Para preencher o questionário eletrônico do CENSO SUAS 2018, os responsáveis devem utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS. Para que o acesso ao questionário eletrônico seja liberado, é necessário que o responsável pelo preenchimento tenha perfil de acesso ao CADSUAS (**cadsuas.município** ou **cadsuas.estado**).

Problemas relativos à senha de acesso são solucionados exclusivamente pelo telefone:

0800 707 2003

Caso o município tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a respectiva Secretaria Estadual ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail <u>vigilanciasocial@mds.gov.br</u> ou pelos telefones 61 2030-3133/ 3236/ 3118/ 3129/ 3026, ou ainda pelo 0800 707 2003.

Recomenda-se o uso do navegador Mozilla Firefox para o preenchimento e o envio do questionário eletrônico.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

O Bloco I – Identificação do órgão gestor no Censo SUAS 2018 será extraído das informações já preenchidas nas abas 'Identificação' e 'Endereço' do Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS).



Atenção!

Os dados de identificação do órgão gestor serão exibidos na página inicial do Censo, extraídos diretamente do CadSUAS.

Caso haja qualquer alteração de endereço, e-mail ou composição de RH, atualize no CADSUAS.

CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZE ESTES DADOS NO CADSUAS

CASO SESA NECESSARIO ATOALIZE ESTES DADOS NO CADSOAS				
Nome que identifica o órgão gestor:				
O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria Municipal a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Municipal de Assistência Social.				
Por favor, evite usar abreviações.				
Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc): (Selecionar o tipo) Informar a identificação do endereço ex. rua, avenida, praça, quadra, etc. onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.				
Endereco: Número:				
Endereço: Número: Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.				
Por favor, evite usar abreviações.				
Complemento:				
O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor				
localização. Atenção! Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco.				
Ponto de Referência: (Caixa com campo texto) Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.				
CEP :				
Município: (preenchimento automático) Informe o município no qual está situada a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.				
UF: (preenchimento automático) Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Municipal de Assistência Social, ou congênere.				
E-mail:				
DDD – Telefone: _ - _ _ _ _ _ _ Ramal: _ _ Ramal: _ Informe o número do telefone da Secretaria Municipal, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238. Caso a Secretaria Municipal de Assistência não tenha telefone, informe o da Prefeitura Municipal.				
Fax: _ _ _ _ _ Informe o número do FAX da Secretaria Municipal.				

BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1.	De	acordo	com	а	estrutura	administrativa	do	município,	0	órgão	gestor	da	assistência	social
са	ract	eriza-se	como	(re	esposta úni	ica):								

Para responder este item considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme a Constituição Federal de 1988, a <u>Lei Orgânica da Assistência Social</u>, a <u>Política Nacional de Assistência Social</u> e normativas consoantes.

|__ | Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social (pule para a questão 3).

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Neste caso, o órgão gestor municipal não necessita, necessariamente, ter a denominação de "Secretaria Municipal", mas deve ter o "status" de órgão da administração pública municipal de mesmo nível hierárquico das demais políticas setoriais, tais como: saúde, educação, habitação, planejamento, etc.

Portanto, o órgão gestor municipal da assistência social trata isoladamente da assistência social.

Caso o órgão gestor da assistência social do município não tenha a nomenclatura de secretaria, <u>mas é do mesmo nível</u> <u>hierárquico das demais políticas setoriais</u> dentro da estrutura administrativa do município pode ser marcada esta opção. Atenção! Neste caso nenhum órgão da administração direta do município terá a nomenclatura de "Secretaria".

|__ | Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras.

Exemplos:

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação; Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Assistência Social; Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Assistência; Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança

|__| Fundação Pública (pule para a questão 3).

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do município/DF. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

|__| Setor/Coordenadoria/Assessoria subordinado diretamente ao Gabinete do(a) Prefeito(a) (pule para a questão 3).

O órgão gestor da assistência social encontra-se diretamente subordinado ao gabinete do(a) prefeito(a), não se constituindo em uma Secretaria autônoma.

Portanto, marque esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional da prefeitura, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado ao gabinete ou à instância de assessoramento do executivo.

2. A qual secretaria a assistência social está associada? (admite múltiplas respostas)

Informe a qual (ou quais) secretaria(s) ou setor o órgão gestor da assistência social está vinculado ou subordinado. Ele pode estar vinculado a mais de uma política, nesse caso assinale todas às quais se aplique. Caso esteja vinculado a outra pasta, marcar a opção "Outra" e especifique.

Educação.	Planejamento.	Saúde.	∣ Habitação.	Segurança Alimentar.
│ │Trabalho e/c	ou emprego. Dir	eitos Humano	s. Outra. Qua	l? .

3. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, gerências, coordenações, etc.) na estrutura do órgão gestor: (resposta única por linha):

Informar se as áreas de Gestão do SUAS, Vigilância Socioassistencial (*Inclusive áreas de monitoramento e avaliação*), Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Gestão Financeira e Orçamentária estão constituídas como subdivisões administrativas do órgão gestor municipal, a exemplo de departamentos, diretorias, gerências, coordenações, etc.

Áreas ligadas à Gestão	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Gestão do SUAS		<u> </u>	<u> </u>
Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	Ш		
Gestão do Trabalho			<u> </u>
Regulação do SUAS		<u> </u>	<u> </u>
Gestão Financeira e Orçamentária			

|__| Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Marque essa opção quando a área constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, <u>descrita em instrumento normativo</u>, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

|__| Sim, de maneira informal

Marque essa opção quando a área em questão é uma subdivisão administrativa no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc., mas <u>não de maneira oficializada em instrumentos normativos</u>, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

|__| Não constituída.

Informar se as áreas da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial, da Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e da Gestão de Benefícios Assistenciais estão constituídas como subdivisões administrativas do órgão gestor municipal, a exemplo de departamentos, diretorias, gerências, coordenações, etc.

Áreas de Serviços e Benefícios	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Proteção Social Especial	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família	LI	<u> </u>	<u> _ </u>
Gestão de Benefícios Assistenciais (Bolsa Família, BPC, <i>Benefícios</i> <i>Eventuais</i>)	<u> </u>	I_I	<u> </u>

|__ | Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Marque essa opção quando a área constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, <u>descrita em instrumento normativo</u>, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

| | Sim, de maneira informal

Marque essa opção quando a área em questão é uma subdivisão administrativa no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc., mas <u>não de maneira oficializada em instrumentos normativos</u>, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

| | Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

4. No caso de haver subdivisão administrativa de Proteção Social Especial, ela é desmembrada entre Alta e Média Complexidade?
Na questão acima, no item Proteção Social Especial, se marcar "Não constituída", não deve responder a essa questão
Sim, na estrutura formal do órgão gestor:
Marque essa opção quando a área constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.
Sim, de maneira informal
Marque essa opção quando a área em questão é uma subdivisão administrativa no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc., mas <u>não de maneira oficializada em instrumentos normativos</u> , como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.
A Proteção Social Especial não é desmembrada em Alta e Média Complexidade.
Não existe no órgão gestor o setor administrativo que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.
BLOCO 3 – GESTÃO DO SUAS
5. Em que ano ocorreu a última atualização da Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS?
_ _ Não possui Lei Municipal de Regulamentação do SUAS
Se o município possui Lei Municipal de Regulamentação do SUAS, informe no campo específico o ano (com 4 dígitos, ex: 2017) em que a lei foi atualizada.
Caso não haja lei municipal, marque a opção "Não possui Lei Municipal de Regulamentação do SUAS".
Existindo no município um marco regulatório legal do SUAS aprovado na Câmara Municipal, marque a opção Sim. Caso negativo, ou mesmo que ainda esteja em tramitação uma proposta de lei municipal neste sentido, mas ainda nã aprovada e sancionada, marque a opção não.
6. Informe o conteúdo previsto na Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. <i>(admite múltiplas respostas)</i>
Essa questão admite mais de uma resposta
Caso informe "Outros" conteúdos, não se esqueça de especificar Qual.
Informe, dentro das opções abaixo, o conteúdo previsto na Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
Conceituação da assistência social Funções da assistência social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos) Princípios pelos quais a Assistência Social é regida Diretrizes para organização da Assistência Social Organização da assistência social por níveis de Proteção Social Conceituação e Objetivos do SUAS Público destinatário do SUAS Provisão do financiamento dos serviços
Previsão do financiamento dos serviços Previsão do financiamento dos programas e projetos

Especificação Assistência Socia _ Previsão de p _ Especificação _ Especificação _ Criação e/ou o _ Criação do Fu _ Instituição do _ Organização o _ Relação com a _ Organização outros)	razo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS e conceituação dos serviços socioassistenciais , conceituação e/ou formas de concessão dos benefícios eventuais competências do Conselho Municipal de Assistência Social ndo Municipal de Assistência Social Plano Municipal de Assistência Social las Conferências Municipais de Assistência Social
7. Em que ano o	correu a última atualização do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)?
Informe no campo es Municipal de Assistêr	pecífico o ano (com 4 dígitos, ex: 2018) em que o órgão gestor realizou a última atualização do Plano ncia.
	O Plano atualizado deve ter sido submetido à aprovação do CMAS.
	Não Sabe <i>(pule para a questão 10)</i>

Lembre-se da diferença entre o Plano de Assistência Social e o Plano de Ação da Assistência Social.

O plano de assistência social consiste num instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social, o qual estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais.

Portanto, o plano de assistência social é um instrumento de planejamento essencial para a consolidação da política e do Sistema Único da Assistência Social, que organiza, regula e norteia o funcionamento da Política.

O Plano de Assistência Social organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS, e deve ser elaborado a cada 4 (quatro) anos, de acordo com os períodos de elaboração do Plano Plurianual – PPA (art.19, NOB SUAS 2012). Já o Plano de Ação tem periodicidade anual e deve estar em consonância com o Plano de Assistência Social.

8. Em quantas reuniões da CIB (Comissão Intergestores Bipartite), em 2017, houve participação de algum representante do município? *(resposta única)*



Marque apenas uma opção.

1 vez no ano De 2 a 3 vezes no ano De 4 a 6 vezes no ano De 7 a 10 vezes no ano Mais de 10 vezes no ano Nenhuma Não sabe
9. Em 2018, o município foi incluído no Plano de Apoio Técnico e/ou Plano de Previdência do Estado?
O Plano de Apoio Técnico e Plano de Providência são instrumentos regulados pela NOB/SUAS 2012. No artigo 15, afirma que é responsabilidade do Estado, elaborar plano de apoio aos Municípios com pendências e irregularidades junto ao SUAS, para cumprimento do plano de providências acordado nas respectivas instâncias de pactuação e deliberação.
Nos artigos 40 a 42 do NOB/SUAS 2012 afirma:
Art. 40. O Plano de Providências constitui-se em instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, a ser elaborado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com atribuições, dentre outras, de: I - identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias, nas denúncias, no Censo SUAS, entre outros; II - definir ações para superação das dificuldades encontradas; III - indicar os responsáveis por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento. §1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborarão seus Planos de Providências, que serão: I - aprovados pelos CMAS e pactuados nas CIBs no âmbito dos Municípios;II - aprovados pelos CEAS e pactuados na CIT no âmbito dos Estados; Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) III - aprovado pelo CASDF e pactuado na CIT no âmbito do Distrito Federal. §2º A execução dos Planos de Providências será acompanhada: I - pelos respectivos conselhos de assistência social e pelo Estado quanto aos seus Municípios; II - pelos respectivos conselhos de assistência social e pela União quanto aos Estados e Distrito Federal; §3º O prazo de vigência do Plano de Providências será estabelecido de acordo com cada caso, sendo considerado concluído após a realização de todas as ações previstas.
Art. 41. O Plano de Apoio decorre do Plano de Providências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e consiste no instrumento de planejamento do assessoramento técnico e, quando for o caso, financeiro, para a superação das dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. §1º O Plano de Apoio contém as ações de acompanhamento, assessoramento técnico e financeiro prestadas de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Providências e deve ser: I - elaborado: a) pelo Estado quanto aos seus Municípios; b) pela União quanto aos Estados e ao Distrito Federal. II - encaminhado para pactuação na CIB ou CIT, de acordo com o envolvimento e a responsabilidade de cada ente federativo.
Art. 42. O descumprimento do Plano de Providências e de Apoio pelos Estados, Distrito Federal e Municípios será comunicado aos respectivos conselhos de assistência social e acarretará a aplicação de medidas administrativas pela União na forma a ser definida em norma específica. §1º Constituem medidas administrativas: I - comunicação ao Ministério Público para tomada de providências cabíveis; II - exclusão das expansões de cofinanciamento dos serviços socioassistenciais e equipamentos públicos; III – bloqueio ou suspensão dos recursos do cofinanciamento; IV - descredenciamento do equipamento da rede socioassistencial. §2º O gestor federal comunicará ao gestor estadual, do Distrito Federal ou municipal as medidas administrativas adotadas pelo não cumprimento das metas e ações do Plano de Providências. §3º O Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS comunicará as Câmaras de Vereadores e às Assembleias Legislativas os casos de suspensão de recursos financeiros.
Sim Não Não sabe
10. Nos últimos 12 meses, quais formas de apoio técnico o município recebeu do estado? <i>(admite múltiplas respostas)</i>
O apoio técnico do Estado pode ocorrer por meio de várias formas. Assinale aquelas que o município tenha recebido do estado nos últimos 12 meses.
Produção e distribuição de material técnico Elaboração, pelo Estado, de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios

Capacitações presenciais (cursos, oficinas, entre out Capacitações à distância Assessoramento técnico de forma presencial no mu as unidades) Assessoramento técnico à distância (telefone, e-mail Ida do município ao Estado ou a um lugar indicado po Comunicação via redes sociais Outras formas. Especifique:	nicípio (visita/reunião técn)	
11. Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos (SEAS) o município recebeu? <i>(resposta única)</i>	da Secretaria Estadual de	e Assistência Social
Considere as visitas realizadas pelo Estado ao município para o ap que diz respeito ao desenvolvimento das ações de implantação da dos serviços socioassistenciais, gestão do Cadastro Único e do Pro dos CRAS e CREAS, outras unidades da rede socioassistencial públic	Política Municipal de Assistênci ograma Bolsa Família e estrutu	a Social, oferta e gestão Iração e funcionamento
Indique quantas visitas o Estado realizou ao municípi	o nos últimos 12 (doze) meses.	
Nenhuma. Indique essa alternativa se o município não recebeu nenhuma vismeses.	sita de técnicos da Secretaria E	Estadual nos últimos 12
Uma visita Indique essa alternativa se o município recebeu uma visita de técni	cos da Secretaria Estadual nos ເ	últimos 12 meses.
Duas a três visitas Indique essa alternativa se o município recebeu de duas a três vis meses.	sitas de técnicos da Secretaria I	Estadual nos últimos 12
Quatro a seis visitas Indique essa alternativa se o município recebeu de quatro a seis vi meses.	isitas de técnicos da Secretaria	Estadual nos últimos 12
Mais de (6) seis visitas Indique essa alternativa se o município recebeu mais de seis visi meses.	tas de técnicos da Secretaria E	Estadual nos últimos 12
12. Informe a existência e vinculação administrativa do relacionados: (caso não exista no município pule para a p		do município abaixo
Conselhos	Existe no Município?	Caso exista, é vinculado administrativamente ao Órg Gestor da Assistência Socia
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	Sim Não	Sim Não

Conselhos	Existe no Município?	Caso exista, é vinculado administrativamente ao Órgão Gestor da Assistência Social?
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente	Sim Não	Sim Não
Conselho Municipal de Direitos do Idoso	Sim Não	Sim Não
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência	Sim Não	Sim Não
Conselho Municipal de Direitos da Mulher	Sim Não	Sim Não
Conselho Municipal de Segurança Alimentar	Sim Não	Sim Não

Conselho Municipal de Direitos LGBT	Sim	Não	Sim	Não
Conselho Municipal de Igualdade Racial	Sim	Não	Sim	Não
Conselho Municipal de Direitos Humanos	Sim	Não	Sim	Não
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolesce				
A Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança garantia, promoção e defesa dos direitos das crianças, ado controle e participação social, como a criação dos Conselhos	olescentes e jo	vens e a cria	ação de instrur	mentos de
Conselho Municipal de Direito do Idoso				
O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso tem por finalidad a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civi para promover sua integração e participação efetiva na se Federal nº. 10.741/03	is, políticos, ind	dividuais e sc	ciais, criando	condições
Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiênci	ia			
O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência é o órgão o função de elaborar, encaminhar e acompanhar a implementaç				
Conselho Municipal de Direitos da Mulher				
O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher é um órgão cor diretrizes, programas e políticas públicas relacionadas com a mulheres e a eliminação de todas as formas de discrimina assegurar-lhes plena participação e igualdade nos planos sociedade.	promoção da r ação e violênc	nelhoria das d ia contra as	condições de vi mesmas, de r	ida das nodo a
Para cada conselho acima mencionado o órgão gestor munici	ipal deverá info	rmar:		
Existe no Município?				
Sim Não				
Caso Exista, é vinculado administrativamente ao Órgão G	Gestor de Assis	stência Socia	al?	
Sim Não				
13. O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa no	s últimos doz	moses allo	anonte o núm	ero do
pessoas em situação de rua no município?	3 ditillios doze	z meses que	aponte o num	ero de
Indique se o órgão gestor possui levantamento ou pesquisa nos últi situação de rua no município.	imos doze meses	que aponte o	número de pess	oas em

|__| Sim |__| Não (pule para a questão 17)

Pessoas em situação de rua: população em situação de rua consiste no "grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória". (Decreto № 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento). As pessoas que estão na rua encontram-se instalados nas ruas há um período de tempo considerável e passam a estabelecer relações com pessoas que vivem na ou da rua, criando estratégia de sobrevivência.

14. Caso sim, quantas pessoas?

Indique quantas pessoas em situação de rua no município foram encontradas no levantamento ou pesquisa realizada pelo órgão gestor nos últimos doze meses.
_ _ pessoas
15. Este quantitativo considera?
Indique o perfil das pessoas em situação de rua no município que foram encontradas no levantamento ou pesquisa realizada pelo órgão gestor nos últimos doze meses.
apenas adultas(os)
Considerar adultos todas as pessoas maiores de dezoito anos de idade.
adultas(os) e crianças/adolescentes
Considerar criança pessoas com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
não sabe informar
Marque essa opção se não conseguir informar o perfil das pessoas em situação de rua no município que foram encontradas no levantamento ou pesquisa realizada pelo órgão gestor nos últimos doze meses
16. Como foi realizado este levantamento ou pesquisa? (resposta única)
10. Como foi realizado este levantamento ou pesquisa: (resposta unica)
Indique como foi realizado o levantamento ou pesquisa das pessoas em situação de rua no município realizada pelo órgão gestor nos últimos doze meses.
O levantamento ou pesquisa foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou pela equipe de outra unidade do poder público municipal O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição

BLOCO 4 - SERVIÇOS, BENEFÍCIOS E PROGRAMAS

informações

sobre

17. O município oferta Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e idosas?



mais

Para

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e idosa deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.

serviço,

acesse

Orientações

em:

nttp://www.mas.go	ov.br/webarquivos/assistencia_social/PSB_Consulta_Publica%20_Orientacoestecnicas.pdf
Sim	Não (pule para a questão 20)
18. Em qual(is)	unidade(s) e com que equipe o Serviço é ofertado? <i>(respostas única)</i>
	O planejamento das ações do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com deficiência e idosa deverá ser realizado pelos municípios e pelo Distrito Federal, de acordo com a territorialização e a identificação da demanda pelo serviço. Onde houver CRAS, o serviço será a ele referenciado. Naqueles locais onde não houver CRAS, o serviço será referenciado à equipe técnica da Proteção Social Básica, coordenada pelo órgão gestor.
Domicílio para P Na própria s No CRAS, co com deficiência c No CRAS, co No CRAS, co No CRAS, co Em outra Un	sede do órgão gestor, com equipe exclusiva para o Serviço de Proteção Social Básica no essoas com deficiência e idosas ede do órgão gestor, com equipe que realiza outras atividades om equipe exclusiva para o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas e idosas om a equipe técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) om equipe que realiza outras atividades idade Pública e ou Organização da Sociedade Civil
Pessoas com de	ssoas foram atendidas pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para ficiência e idosas no município, em Agosto/2018? (mês de referência: agosto de 2018. ma forma de oferta, contabilize todas
Informe a quantid equipe que execu	

20. Como a Assistência Social atende questões de violações de direito no município? (admite múltipla marcação, exceto se marcar a primeira ou a última opção)

Indique como são atendidas questões de violações de direitos, a exemplo de violências (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia; e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões.

30011133003.
Atende no CREAS do município
Encaminha para o CREAS de outro município Marque essa opção se as questões são encaminhadas para o CREAS de outro município.
Encaminha para o CREAS Regional ao qual está vinculado Marque essa opção se as questões são encaminhadas para o CREAS Regional ao qual está vinculado. CREAS Regionais são unidades de abrangência Regional, coordenadas pelo órgão gestor estadual, localizadas em um município sede e atendem à população de municípios vinculados.
Atende no CRAS Marque essa opção se as questões são atendidas no CRAS.
Atende em entidade ou organização da sociedade civil no município Marque essa opção se as questões são encaminhadas para entidades ou organizações da sociedade civil no município.
É atendido pela equipe de referência de referência ou técnica(o) do órgão gestor (responda a questão 22)
Marque essa opção se o município possui uma equipe de referência ou algum(a) técnico(a) que atenda a essas questões.
Outro. Qual? Marque essa opção se o município atende essas questões em outra unidade, ou de outra forma que não as descritas acima. Neste caso, especifique.
Não é atendido pela Assistência Social. Marque essa opção se o município não atende questões de violações de direitos pela política de Assistência Social, no caso, por exemplo, do encaminhamento para outras políticas públicas.
21. Como o município atende adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC? (admite múltipla marcação, exceto se marcar "Não atende")
Caso o município não possua CREAS, indique como são atendidos os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC.
Atende no CREAS do município Marque essa opção se adolescentes cumprindo medida socioeducativa de LA e/ou PSC são atendidos em CREAS do próprio município.
Encaminha para o CREAS de outro município Marque essa opção se adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e/ou PSC são encaminhados para o CREAS de outro município

o CREAS Regional ao qual o município está vinculado.	
CREAS Regionais são unidades de abrangência Regional, coordenadas p localizadas em um município sede e atendem à população de municípios vinculados	
Executa no CRAS Marque essa opção se adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de L do próprio município	A e/ou PSC são atendidos no CRAS
Executa em entidade no município Marque essa opção se adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa o entidades privadas de assistência social.	de LA e/ou PSC são atendidos em
Se sim, quantas unidades? _ _ Informe quantas unidades das Entidades atendem adolescentes em cumprir de LA e de PSC.	mento de Medidas Socioeducativas
Executa em <u>outra unidade pública (exceto CREAS)</u> de acompa cumprimento de Medida Socioeducativa (LA ou PSC) do município	nhamento de adolescentes er
Se sim, quantas unidades?	
É atendido pela equipe de referência (ou técnica(o)) do órgão gestor (i Outro Marque essa opção se o município atende essas questões em outra unidade, ou de acima.	
Não atende Marque essa opção se o município não atende adolescentes em cumprimento de medi	da socioeducativa de LA e/ou PSC.
22. Quais atividades a(o) técnica(o) ou a equipe de referência do órgão esta questão se marcar "É atendido pela equipe de referência (ou técnimenos uma das questões anteriores. Admite múltipla marcação, exceto se	co) do órgão gestor" em pelo
Atendimento/acompanhamento direto às famílias e indivíduos Elaboração dos Planos de Acompanhamento Familiar ou Individual _ Elaboração de relatórios técnicos sobre as famílias/indivíduos em aco _ Registro do atendimento/acompanhamento em prontuário _ Encaminhamento das(os) usuárias(os) para a rede de serviços local _ Articulação da rede de políticas setoriais no município _ Articulação com os órgãos do sistema de justiça do município	ompanhamento
Articulação com os orgaos do sistema de justiça do município Busca ativa Nenhuma das anteriores	
23. O município oferta Serviço Especializado em Abordagem Social?	
Informe se o município oferta o Serviço Especializado de Abordagem Social. Caso não l pule para a questão 25.	naja oferta do serviço no município,
Sim	

24. Em qual(is) unidade(s) o serviço é ofertado? <i>(admite múltipla marcação)</i>
No(s) CREAS Marque essa opção se o serviço de Abordagem Social é ofertado em unidade CREAS.
No(s) Centro(s) POP Marque essa opção se o serviço de Abordagem Social é ofertado em unidade Centro POP.
Na sede/órgão gestor do município (considerar nesta opção estruturas administrativas descentralizadas, como regionais o similares) Marque essa opção se o serviço de Abordagem Social é ofertado na sede/órgão gestor municipal.
Em outra unidade pública. Se sim, quantas unidades? Marque essa opção se o serviço de Abordagem Social é ofertado em outra unidade pública do município. Se sim, informe a quantidade das outras unidades públicas em que é ofertado serviço de Abordagem Social.
Em entidade ou Organização da Sociedade Civil. Se sim, quantas unidades? _
Marque essa opção se o serviço de Abordagem Social é ofertado em unidade de Entidade ou Organização da Sociedade Civil. Se sim, informe a quantidade das unidades de Entidades em que é ofertado serviço de Abordagem Social.
25. O município possui Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente? Informe se o município executa o serviço de acolhimento em Família Acolhedora para crianças e adolescentes. Caso o município possua Serviço/Programa de Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes, preencha o
questionário de Unidades executoras de Serviço de Famílias Acolhedora.
O Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora organiza o <u>acolhimento temporário</u> de criança adolescentes afastados da família por medida de proteção por determinação do Poder Judiciário, residência de famílias acolhedoras cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origiou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora não deve ser confundido com a Família Guardiã (ou Gual Subsidiada)! O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora não deve ser confundido com Adoção. Atenção! Caso o município possua Serviço/Programa de Família Acolhedora para Crianças e Adolescento questionário de Unidades executoras de Serviço de Famílias Acolhedora. Maiores informações, acesse as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescento.
Sim
26. O município possui programa de apoio à família guardiã na família extensa (guarda subsidiada), no qual a família extensa ou com vínculos afetivos com a criança/adolescente receba acompanhamento e subsídio financeiro para a guarda da criança/adolescente?

Indique, nesta questão, se o município possui programa de guarda subsidiada, no qual a família extensa ou com vínculos afetivos recebe subsídio financeiro para a guarda da criança.

Atenção! A guarda subsidiada não deve ser confundida com o Serviço de Família Acolhedora!

Programa de apoio à família guardiã na família extensa (Guarda Subsidiada) aplica-se a situações onde a guarda da criança ou adolescente que precise ser afastado de seus pais é transferida, por ordem judicial, a família extensa ou com vínculos afetivos como padrinhos, vizinhos, padrastos, entre outros. Ocorre nos casos onde se verifica que, apesar de contar com condições afetivas e de ofertar cuidado à criança/adolescente, a família extensa necessite de acompanhamento e/ou de recursos financeiros para cumprir adequadamente seu papel de cuidado e proteção.

Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Artigo 25, parágrafo único, ECA).

Sim
27. Caso sim, o Programa de apoio à família guardiã na família extensa (Guarda Subsidiada) é regulamentado por lei municipal?
Caso o município possua Programa de Guarda Subsidiada indique se o mesmo foi regulamentado por lei municipal.
Sim
28. O Programa de apoio à família guardiã na família extensa (Guarda Subsidiada) é ofertado por unidade governamental ou por Organização da Sociedade Civil (OSC)? <i>(resposta única)</i>
Governamental Organização da Sociedade Civil (OSC)
29. Atualmente, quantas crianças e/ou adolescente estão acolhidos em famílias guardiãs na família extensa inseridas no Programa? (Se não tiver, preencher "0")
crianças e/ou adolescentes
30. Atualmente, quantas famílias recebem recursos pelo Programa? (Se não tiver, preencher "0")
Caso o município possua Programa de Guarda Subsidiada indique quantas famílias recebem recursos pelo Programa atualmente. (Atenção! Os recursos do programa de Guarda Subsidiada não são referentes ao Benefício de Prestação Continuada -BPC e ao Programa Bolsa Família – PBF) famílias
31. Qual é o valor médio de repasse a estas famílias?
Caso o município possua Programa de Guarda Subsidiada indique o valor médio de repasse a estas famílias em Reais (R\$). Obs.: É o valor total anual de todas as famílias dividido por 12 meses.
(Se não tiver, preencher "0")
32. Quais atividades são realizadas pelo Programa de Guarda Subsidiada do município? (admite múltipla marcação, exceto se marcar "Não realiza nenhuma das atividades acima"
Atenção! Admite múltiplas respostas.
Caso o município possua Programa de Guarda Subsidiada indique quais atividades são realizadas pelo Programa.
Visitas domiciliares da equipe técnica do Programa à família Reuniões com grupos de famílias Atendimento psicossocial individualizado Palestras / oficinas Elaboração de relatórios técnicos sobre casos em acompanhamento Envio de relatórios para o Judiciário Não realiza nenhuma das atividades acima

33. Nos casos de acolhimento de <u>crianças e adolescentes</u>, quais atividades de gestão e monitoramento são realizadas pelo órgão gestor da Assistência Social? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar "Não realiza nenhuma das atividades listadas acima")

Entre as atividades de gestão, monitoramento e supervisão descritas abaixo, informe aquelas que são desenvolvidas pelo órgão gestor da Assistência Social e que estão relacionadas ao acolhimento de crianças e adolescentes. Para esta questão deve ser considerado o acolhimento institucional ou o acolhimento em serviço de acolhimento em família acolhedora para crianças e adolescentes. Admite-se múltipla marcação nesta questão.



Atenção! Essa questão admite mais de uma resposta

Controla o acesso às vagas (controle da porta de entrada), sendo responsável por indicar a Unidade de Acolhimento que receberá a criança/adolescente			
Acompanha/monitora o fluxo de entradas e saídas de crianças e adolescentes nas Unidades Centraliza as informações das medidas de acolhimento determinadas pelo poder Judiciário _ Centraliza as informações dos acolhimentos emergenciais realizados pelo Conselho Tutelar _ Promove a articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da rede socioassistencial _ Promove a articulação dos serviços de acolhimento com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos			
Realiza supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento			
Monitora o tempo de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento			
Fiscaliza a qualidade dos serviços Não realiza nenhuma das atividades listadas acima			
· -			
34. Nos últimos 12 (doze) meses a Assistência Social do município abrigou em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?			
De acordo com os incisos III e IV do <u>Decreto 7.257, de 04 de Agosto de 2010</u> , devem ser consideradas nesta questão as situações anormais provocadas por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial (situações de emergência) ou substancial (calamidade) da capacidade de resposta do poder público do ente atingido.			
Sim Não			
35. Caso sim, indique a quantidade de pessoas desabrigadas que foram acolhidas em alojamentos provisórios nos últimos 12 (doze) meses:			
Em conformidade com o Glossário da Secretaria Nacional de Defesa Civil, considere pessoa desabrigada aquela cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo poder público.			
_ _ Desabrigados (Se não tiver, preencher "0")			

Programa/serviço de apoio e proteção assegura apoio e proteção à população de imigrantes/refugiados, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Oferece atendimento a famílias e indivíduos que vêm de outro país. Neste serviço, as famílias são encaminhadas aos abrigos através de notificação de órgãos da administração pública municipal, Defesa Civil, ou caso os profissionais da assistência social identifiquem a presença dessas pessoas nas ruas.

36. Em 2018, a Assistência Social do município ofertou programa(s)/serviço(s) para o apoio e proteção

a pessoas e famílias imigrantes/refugiados?

Sim	Não
37. Caso sim, par	ra quantos imigrantes/refugiados?
_ _ _ Im	igrantes/refugiados (Se não tiver, preencher "0")
38. O município Assistência Socia	utiliza embarcação/lancha para o desenvolvimento de atividades/serviços da l?
Considere qualquer	cípio utiliza embarcação ou lancha para o desenvolvimento de atividades da assistência social. embarcação/lancha utilizada, independente do órgão ao qual ela pertence: seja ela própria da ncia ou não, compartilhada ou não, conquanto seja do poder público municipal.
Inclui as Lanchas disp	onibilizadas pelo MDS segundo a resolução CIT n°11/2013 e outras embarcações.
Sim	Não
39. Em 2018, o m	unicípio executou o programa ACESSUAS Trabalho?
1	O Programa Acessuas Trabalho é referenciado na Proteção Social Básica e desenvolve ações que qualificam os serviços socioassistenciais. Portanto, necessita da composição de uma equipe de referência responsável por planejar e realizar as ações do Programa. A execução do Programa se dará no âmbito da proteção social básica em relação direta com os serviços públicos ou com entidades de assistência social inscritas no conselho municipal de assistência social ou no conselho de assistência social do DF. Informe se o município atualmente executa o programa ACESSUAS Trabalho.
Sim	Não (pule para a questão 42)
	portunidades do mundo do trabalho o município encaminha, de forma rotineira, as(os) essistência social? <i>(admite múltiplas respostas)</i>
Informe para quais o da assistência social.	portunidades do mundo do trabalho o município encaminha, de forma rotineira, as(os) usuárias(os)
As opo	ortunidades abaixo referem-se às oportunidades de inclusão produtiva no município. Atenção! <i>admite múltiplas respostas</i> .
Cursos do PR Cursos técnic Cooperativas Microcrédito Micro empree Sistema S (SE	os de instituições municipais/estaduais ndedorismo individual :SC, SENAC, SESI, SENAR, etc) de trabalhadores (sindicatos, conselhos, etc)

41. Existe delimitação de usuários prioritários para o atendimento do Acesuas Trabalho? <i>(admite múltiplas respostas, exceto se marcar a primeira opção)</i>
Não há delimitação de usuárias(os) prioritárias(os) para o atendimento do Acesuas Trabalho Pessoas inscritas no CADÚNICO; Beneficiários do Programa Bolsa Família; Pessoas com deficiência; Pessoas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Adolescentes e jovens no sistema socioeducativo e egressos; Adultos em Famílias com presença de trabalho infantil; Famílias com pessoas em situação de privação de liberdade; Indivíduos egressos do sistema penal; Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; Adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos; População em Situação de Rua; Povos e comunidades tradicionais; Outros.Qual?
42. Especifique quais as ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) são desenvolvidas pela Assistência Social no município: (admite múltiplas respostas, exceto se marcar "Nenhuma das anteriores")
O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, e a operacionalização do reconhecimento do direito é responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, artigo 20, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e a pessoa idosa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
Indique quais ações o órgão gestor da Assistência Social desenvolve em relação ao BPC.
Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com pessoas idosas e pessoas com deficiência
Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor da assistência social do município/DF realiza estudos e/ou pesquisas que buscam conhecer as situações de vulnerabilidade e risco social das famílias de pessoas idosas e pessoas com deficiência.
Orientar a população usuária sobre seus direitos e procedimentos para acesso ao BPC Marque esta opção para os casos em que a Secretaria de Assistência do município desenvolva ações permanentes no âmbito dos serviços socioassistenciais que divulgue o BPC como direito do cidadão, conforme prevê a Lei 8.724 (LOAS), e oriente o público em potencial e a população beneficiária sobre os critérios e procedimentos para acesso ao BPC.
Apoiar e acompanhar o processo de concessão do BPC Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social apoia e orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o acompanhamento continuado das(os) usuárias(os) em processo de concessão do BPC.
Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas territorializadas das famílias com beneficiários do BPC
Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social sistematiza e encaminha periodicamente aos serviços socioassistenciais listas territorializadas das famílias que possuem beneficiários do BPC.
Articular com outros setores a inserção das(os) beneficiárias(os) nas diversas políticas sociais Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais articulação com as demais políticas sociais para atendimento dos beneficiários do BPC.

Realizar e acompanhar a inserção e atualização dos beneficiários do BPC no Cadastro Único Marque esta opção se o órgão gestor da assistência social orienta permanentemente a coordenação e equipes dos serviços socioassistenciais a realizar o acompanhamento, a inserção e a atualização das(os) beneficiárias(os) do BPC no CadÚnico.
Articular ações com INSS acerca do requerimento e manutenção do BPC Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais articulação com as agências do INSS acerca do requerimento e manutenção do BPC.
Realizar e acompanhar a inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC na escola, em articulação com o Grupo Gestor Local Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais articulação com o Grupo Gestor Local, para acompanhar a inserção de crianças e adolescentes com deficiência beneficiária do BPC na escola.
Acompanhar a inserção de jovens e adultos com deficiência beneficiários do BPC no mundo do trabalho Marque esta opção se há no âmbito da gestão dos serviços socioassistenciais o Acompanhamento à inserção de jovens e
adultos com deficiência beneficiários do BPC no mundo do trabalho. Outros.
Não realiza 43. Informe quais e como são concedidos os benefícios eventuais no município:

Atenção! Considere "concessão" o ato de decidir sobre o direito de acesso ao Benefício, independentemente do local da entrega.

	O Benefício é concedido no município? (Se marcar a opção "não", pular para a próxima linha)	O Benefício é regulamentado? (Se marcar a opção "não", não responder o ano de atualização)	Ano da última atualização da regulamentação:	Local onde o Benefício é concedido: (resposta única)
Benefício Eventual por Situação de morte	Sim Não	Sim Não	_ _ _	Na sede do órgão gestor Em unidades da rede socioassistencial Em ambas
Benefício Eventual por Situação de Natalidade	Sim Não	Sim Não		Na sede do órgão gestor Em unidades da rede socioassistencial Em ambas
Benefício Eventual para situação de calamidade pública	Sim Não	Sim Não		Na sede do órgão gestor Em unidades da rede socioassistencial Em ambas
Outros benefícios eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária	Sim Não	Sim Não		Na sede do órgão gestor Em unidades da rede socioassistencial Em ambas



Atenção! Informe para os diferentes tipos de benefícios eventuais concedidos se os mesmos são concedidos no município, se este benefício é regulamentado, o ano da última atualização da regulamentação e o local onde o benefício é concedido.

<u>TIPO DE BENEFÍCIO EVENTUAL</u>: Os benefícios eventuais concedidos aqui são o Auxílio funeral, Auxílio natalidade, Benefício Eventual para situação de calamidade pública e Outros benefícios eventuais para as famílias em situação de vulnerabilidade temporária. Para esses deverão ser informados se os mesmos são concedidos no município, se este benefício é regulamentado, o ano da última atualização da regulamentação e o local onde o benefício é concedido. Abaixo, seguem as definições segundo tipo de benefício eventual.

Benefício Eventual por Situação de morte

O artigo 4º do Decreto 6.307/2007 estabelece que o auxílio por morte atende prioritariamente:

- I a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;
- II a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e
- III a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Benefício Eventual por Situação de Natalidade

O artigo 3º do <u>Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007</u>, estabelece que o auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

- I necessidades do nascituro;
- II apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido; e
- III apoio à família no caso de morte da mãe.

Benefício Eventual para situação de calamidade pública

Em parágrafo único do artigo 8º, o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, estabelece que:

"Para os fins deste Decreto, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes."

Outros benefícios eventuais para as famílias em situação de vulnerabilidade temporária

Indicar caso seja oferecido qualquer outro benefício para situação de vulnerabilidade temporária decorrente de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: I - riscos: ameaça de sérios padecimentos; II - perdas: privação de bens e de segurança material; e III - danos: agravos sociais e ofensa

O BENEFÍCIO É CONCEDIDO NO MUNICÍPIO? Informe se o benefício eventual é concedido no município.
Sim
Não(Se marcar a opção "não", pular para a próxima linha).
O BENEFÍCIO É REGULAMENTADO? Informe se o benefício eventual está regulamentado no município.
Sim
ANO DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO? Informe o ano, no formato "aaaa", da última atualização da regulamentação do benefício eventual no município.
LOCAL ONDE O BENEFÍCIO É CONCEDIDO: Informe o local onde é concedido o benefício eventual no município.
Na sede do órgão gestor Refere-se a situações em que o benefício é concedido diretamente em órgãos administrativos, como a sede do órgão gestor ou unidades descentralizadas do órgão gestor.

Marque esta opção se, no município, o benefício é concedido na prefeitura ou em outras unidades ou em outro órgão administrativo.

Em unidades da rede socioassistencial Marque esta opção se o benefício é concedido diretamente pelos CRAS, CREAS ou outras unidades da rede socioassistencial.
Em ambas Marque esta opção se o benefício é concedido em ambas as opções, tanto na sede do órgão gestor (ou outros órgãos administrativos) quanto nas unidades da rede socioassistencial.

44. Assinale os locais do município onde são realizados o cadastramento e a atualização cadastral do CadÚnico: (admite múltiplas respostas, exceto se marcar "não realiza")

Informe qual o local em que é feito o cadastramento e a atualização dos dados do Cadastro Único, seja **no sistema eletrônico ou em papel.** Esta questão refere-se basicamente ao **espaço físico onde é realizado** o cadastramento e a atualização cadastral, independente da equipe que o realiza.

Por exemplo, se o CadÚnico é atualizado por uma equipe da Assistência Social, mas no espaço físico de um Posto de Saúde, deve ser marcada a opção "Em outras unidades de outras políticas públicas"

Informe em que local é feita cada uma das seguintes atividades do Cadastro Único.

Esta questão refere-se ao **espaço físico onde são realizadas as atividades referentes ao cadastramento das famílias**, independente da equipe que o realiza. Por exemplo, se o Cadastro Único está sendo feito no espaço físico da Secretaria de Habitação, deve ser marcada a opção "Em outras unidades de outras políticas públicas".

Marque a(s) atividade(s) feitas em cada local especificado. Dessa forma, se em um local são realizadas entrevistas de inclusão e atualização cadastral, marque as duas opções. Mas se, por exemplo, na sede do órgão gestor, é feita apenas a digitação de dados, marque somente essa opção para esse local.

A opção de digitação dos dados da família no Sistema do Cadastro Único deve ser marcada sempre que, no local, o Sistema for usado para registrar diretamente os dados fornecidos pelas famílias ou quando for feita a digitação das informações contidas no formulário em papel no próprio local. Se o local envia os formulários preenchidos para serem digitados em outro lugar, não marque essa opção.

A opção de fornecimento de comprovante de cadastramento por demanda das famílias deve ser marcada sempre que a demanda da família for realizada fora do processo de entrevista. Por exemplo, uma família vai ao posto apenas para pegar uma cópia da folha resumo ou um comprovante do "Consulta Cidadão", com o intuito de apresentar para algum programa social.

Locais	Entrevista para Inclusão Cadastral	Entrevista para Atualização Cadastral	Digitação dos dados das famílias no Sistema de Cadastro Único	Fornecimento de comprovante de cadastramento por demanda das famílias	Não realiza
Na sede do órgão gestor/Secretaria de Assistência		<u> _ </u>			
Nos CRAS					
Em unidades/postos fixos exclusivos para cadastramento	<u> _ </u>	<u> _ </u>	<u> _ </u>		
Em unidades móveis ou postos temporários					
Em outras unidades da Assistência Social					
Em unidades de outras políticas públicas					
No domicílio das famílias					
Outros					



Atenção! Caso o município responda "Na sede do órgão gestor/Secretaria de Assistência", "Em unidades/postos fixos exclusivos para cadastramento" ou "Em unidades de outras políticas públicas", o município deve registrar tais postos na opção "Outras Unidades Socioassistenciais" do CADSUAS conforme orientações que podem ser encontradas no

link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/index6.php

45. Como é feito o registro das informações da entrevista no sistema do Cadastro Único?

Informe como é feito o registro das informações da entrevista, diretamente no sistema do Cadastro Único, ou no formulário em papel e depois digitadas no sistema de Cadastro Único.
Todas as entrevistas são registradas diretamente no sistema de Cadastro Único – não é usado o formulário em papel. (pule para a questão 47) Marque essa opção se todas as entrevistas são registradas diretamente no sistema de Cadastro Único.
A maioria das entrevistas é registrada diretamente no sistema de Cadastro Único – em poucos casos é utilizado o formulário em papel. Marque essa opção se mais da metade das entrevistas são registradas <u>diretamente no sistema de Cadastro Único</u> .
A maioria das entrevistas é registrada no formulário em papel.
Todas as entrevistas são registradas no formulário em papel - e depois digitadas no sistema de Cadastro Único.
Marque essa opção se nenhuma das entrevistas é registrada <u>diretamente no sistema de Cadastro Único</u> . Todas são registradas no formulário em papel e depois digitadas no sistema de Cadastro Único.
46. Em média, após a entrevista, quanto tempo leva para que os dados coletados no formulário em papel sejam inseridos no sistema? (Caso seja digitado no mesmo dia, informe "zero" no número de dias)
Informe o tempo médio gasto para a inserção dos dados registrados no formulário em papel no Sistema de Cadastro Único, em dias, no formato "dd" (exemplo 00, 02, 03, 10 dias)
Caso seja digitado no mesmo dia, informe "zero" no número de dias
_ dias
BLOCO 5 – PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO
47. Quais estratégias de fomento à participação da(o) cidadã(o) e usuária(o) são utilizadas pelo órgão gestor da Assistência Social no município? <i>(admite múltiplas respostas)</i>
Informe quais estratégias de fomento à participação da(o) cidadã(o) e usuária(o) são utilizadas pelo órgão gestor da Assistência Social no município.
Estimula a participação de usuárias(os) nas reuniões do Conselho Estimula a participação das(os) usuárias(os) no âmbito das unidades socioassistenciais Estimula a formação de coletivo/comitê de usuárias(os) da política (como por exemplo o Fórum Municipal de Usuários do SUAS) Apoio financeiro a coletivo de usuárias(os) da política

Realiza reuniões/entrevistas específicas a fim de coletar a demanda das(os) usuários Possui mecanismo de ouvidoria/central de relacionamento para recebimento de dema	ndas dos
usuárias(os) Realiza pesquisa de opinião/questionários juntos às(aos) usuárias(os) da política sugestões, entre outros)	(caixa de
Realiza audiências públicas sobre temas da Assistência Social	
Estimula a participação de usuárias(os) nas Conferências Municipais Outros. Qual?	
Nenhuma das anteriores	
Informe qual outra estratégia é utilizada no município para fomentar a participação da(o) cidadã(o) usuária(o), caso marque a opção "Outros".	5
usuaria(0), caso marque a opção Outros .	
48. O órgão gestor de Assistência Social produziu alguma ação de comunicação (o mobilização/sensibilização) com foco na(o) usuária(o) em 2017?	ampanha/
Sim	
Marque essa opção caso o órgão gestor de Assistência Social tenha produzido alguma ação de comunid	ação como
campanha; mobilização, sensibilização das(os) <u>usuárias(os) do SUAS</u> em 2017.	
Não (pule para a questão 46)	
Marque essa opção caso o órgão gestor de Assistência Social não tenha produzido alguma ação de comunicação de	o como
campanha; mobilização, sensibilização das(os) <u>usuárias(os) do SUAS</u> em 2017.	
49. Indique os conteúdos/temas das ações de comunicação (campanha/mobilização/sens	bilização)
realizadas pelo órgão gestor de Assistência Social em 2017? <i>(Admite múltiplas respostas)</i>	,
As estratégias e conteúdo de comunicação servem para aumentar a visibilidade das atividade	
realizadas no município quanto ao SUAS com vistas a reforçar suas ações positivas jun	0
às(aos) usuárias(os).	
Informação sobre direitos das(os) usuárias(os) (Direito da pessoa Idosa, da	Mulher, de
crianças/adolescentes, etc) BPC	
Programa Bolsa Família	
Cadastro Único	
Serviços Socioassistenciais (CRAS, Acolhimento, etc)	
População de Rua	
Trabalho Infantil Violência Doméstica	
Exploração Sexual	
Desigualdade de Gênero	
Direito LGBT	
Divulgação de eventos técnicos Divulgação de Orientações Técnicas	
Divulgação de Orientações recinicas Divulgação de Normativas	
Controle Social	
Outros. Quais?	

BLOCO 6 – GESTÃO DO TRABALHO

50. No <u>ano de 2017</u>, o município realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Municipal de Assistência Social? (Devem ser contabilizados concursos finalizados em 2017, independente de quando iniciado)

Informar se, no ano de 2017, houve concurso público no município ou DF para contratação de trabalhadores para a Secretaria Municipal de Assistência Social. **Considerar apenas os concursos com resultado homologado em 2017**, informando a data de homologação e o número de trabalhadores que tomaram posse.

Se o concurso realizado foi destinado a cargos dos dois níveis, superior e médio, preencha as duas linhas.

	Realizou	Concurso?		Data da	Quantidade de
Nível de Escolaridade	Sim	Não	Quantidade de Vagas	Homologação do Concurso	trabalhadores que tomaram posse
Nível Superior	<u> </u>			_ / /2017	
Nível Médio	<u> </u>	<u> </u>		_ / /2017	

Nivel Superior				_ / /2017	
Nível Médio	<u> </u>			_ / /2017	
Realizou concurso?					
Não , para trabalha Indicar esta opção caso órgão gestor da Assistên	não tenha sido r	realizado concurso p	público para preenchi	mento de cargos de níve	el superior para o
Se não foi rea que constam nesta lir		para trabalhadore	s de Nível Superior,	não responda as dema	is questões
Sim, para trabalha Indicar esta opção caso cargo de nível superior.		•	o de 2017 tenha(m)	previsto o preenchimen	to de vagas para
Quantidade de Vagas Assinale a quantidade de		el superior previstas	no edital de abertura	а.	
Data de Homologaçã Indicar a data do instrun permitidas datas no ano em 2017, preencha a ope	nento legal, seja o de 2017. Confe	Lei, Decreto ou Po orme descrito acim	rtaria, que homologo	·	-
Quantidade de Traba Responder numericame "0" (zero).	•	•		alhador tenha tomado p	oosse, responder
Realizou concurso?					
Não, para trabalh	nadores de Nív	vel Médio.			

Se não foi realizado concurso para trabalhadores o Nível Médio não responda as demais questões que constam nesta linha.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio para o

|__| Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

órgão gestor da Assistência Social no ano de 2017.

55. Informe o total de trabalhadores e conselheiros capacitados no ano de 2018?
Sim
Informar se o município realizou ações de capacitação e formação para os trabalhadores/ conselheiros da política de assistência social no ano de 2018 . Caso não tenha realizado estas ações no ano de 2018 , pule para a questão 56.
54. O município realizou ações de capacitação e formação para os trabalhadores e/ou conselheiros da política de assistência social no ano de 2018? <i>(nesta questão, o ano de referência é 2018)</i>
_ _ Não há previsão
Informar a quantidade de trabalhadores previstos a serem capacitados para o ano de 2018 pelo Plano de Capacitação e Educação Permanente.
53. Para o ano de 2018, qual foi a previsão de quantidade de trabalhadores capacitados no plano?
_ _ _ _ Não sabe
Informe no campo específico o ano (com 4 dígitos, ex: 2017) em que o órgão gestor realizou a última atualização do Plano de Capacitação e Educação Permanente.
52. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano de Capacitação e Educação Permanente?
Sim Não <i>(pule para a questão 54)</i>
Informe se o município possui Plano de Capacitação e Educação Permanente.
III. Pactuação e validação de conteúdo; IV. Disseminação de conteúdos produzidos e sistematizados; V. Capacitação dos integrantes da rede socioassistencial do SUAS.
I. Elaboração de diagnósticos de necessidades de formação e capacitação; II. Desenho de planos de cursos e matrizes pedagógicas;
O Plano de Capacitação e Educação Permanente está previsto no Capítulo VIII da <u>NOB SUAS</u> , e compreende o planejamento da oferta das ações de formação e capacitação, compreendendo:
51. O município possui Plano de Capacitação e Educação Permanente?
Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse _ _ . Responder numericamente a quantidade no limite até 999.
Data de Homologação do Concurso _ _ / _ _ /2017. Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm. Só são permitidas datas no ano de 2017. Conforme descrito acima, caso o concurso não tenha tido seu resultado homologado em 2017, preencha a opção "Não realizou concurso".
Quantidade de Vagas. _ Assinale a quantidade de vagas para nível médio previstas no edital de abertura.
Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2017 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível médio.

	Apenas para quem respondeu "SIM" na questão anterior.
Informar o t	otal de trabalhadores e conselheiros capacitados.
_ _	_ profissionais
	017, algum(a) trabalhador(a) da Assistência Social do município (SEDE E UNIDADES s) participou de algum curso do CAPACITASUAS?
	no município, algum <u>trabalhador</u> da Assistência Social (SEDE E UNIDADES PÚBLICAS) já participou de algum PACITASUAS.
Sim	Não <i>(pule para a questão 57)</i>
	017, qual a quantidade de profissionais do município (SEDE E UNIDADES PÚBLICAS) que im de cursos do CAPACITASUAS?
Informar a CAPACITASU	quantidade de profissionais do município (SEDE E UNIDADES PÚBLICAS) que já participaram de cursos do JAS.
1	Marque "Não sabe" para cada um dos cursos que não conseguir informar a quantidade de profissionais do município (SEDE E UNIDADES PÚBLICAS) que já participaram de cursos do CAPACITASUAS.
_ 	orofissionais Não sabe
58. O mui	nicípio possui Mesa de Negociação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?
Informar se	o município possui Mesa de Negociação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
Portaria 1 A instituiç de Recurs	e Negociação do SUAS consta da Resolução nº 210, de 22 de novembro de 2007, do CNAS e foi Instituída pela .37, de 18/12/13, com o caráter permanente. ção de Mesa de Negociação é meta do Plano Decenal e responsabilidade estabelecida na Norma Operacional sos Humanos do Sistema Único de Assistência Social/NOBRH/SUAS. • Tem como objetivos estabelecer um ermanente de negociação entre gestores públicos e privados e trabalhadores(as) do SUAS, sobre todos os
pontos po com a qu junto cor outras, d Trabalho,	ertinentes à Gestão do Trabalho, na perspectiva de contribuir com o aprimoramento da Gestão do SUAS e alidade da oferta dos serviços socioassistenciais. • O plano de carreira, cargos e salários é pauta da Mesa n outros temas: formação e qualificação profissional; jornada de trabalho; saúde do trabalhador; entre e diálogo e negociação entre gestoras(es) e trabalhadoras(es) do SUAS, no que concerne à Gestão do na perspectiva de qualificação dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais, transferência e de valorização dos trabalhadoras(es) do SUAS.
Sim	Não (pule para a questão 60)

Informar a frequência com que ocorrem as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

59. Com qual frequência ocorrem as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação do SUAS?

Anual Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem 1(uma) vez ao ano.
Semestral Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem 1(uma) vez a cada seis meses.
Trimestral Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem 1(uma) vez a cada três meses.
Bimestral Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem 1(uma) vez a cada dois meses.
Mensal Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem 1(uma) vez por mês.
Não tem periodicidade definida Marque essa opção se as reuniões ordinárias da Mesa de Negociação acontecem sem periodicidade definida.
60. As(Os) servidoras(es) do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)?
Informar se os servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).
Sim, para a totalidade das(os) servidoras(es) Marque essa opção se todos os servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)
Sim, para a maioria das(os) servidoras(es) Marque essa opção se mais da metade dos servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)
Sim, para a metade das(os) servidoras(es) Marque essa opção se metade dos servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)
Sim, para a minoria das(os) servidoras(es) Marque essa opção se menos da metade dos servidores do órgão gestor de assistência social possuem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS)
Não (pule para a questão 62)
61. Qual o ano da última atualização deste PCCS?
Informe no campo específico o ano (com 4 dígitos, ex: 2017) em que o órgão gestor realizou a última atualização do PCCS.

62. Indique o nome, data de nascimento, CPF, RG, sexo, escolaridade, profissão, vínculo, função, carga horária e o serviço de cada profissional que atua no Órgão Gestor de Assistência Social:

Atenção! Para responder a questão 62 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Municipais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- Trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- Trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social como a outras políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).
- NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria.
- NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades exclusivamente em unidades de prestação de serviços (CRAS, CREAS, ou outras unidades de atendimento)

				Dados do	RG							A L	ção		Área c	le atuaç	ão
Nome Completo	Data de Nascimento DD/MM/AA AA	Sexo	Número do CPF	Número	Órgão Emissor	UF	E-mail	Escolaridade	Profissão	Vínculo	Cargo	Carga horária SEMANAL	Inicio do Exercicio Função	(DD/MM/AAAA)	Principal área de atuação	Segundo principal área de atuação	Terceiro principal área de atuação
1)		F M						_	_								_
2)		F M						<u> </u>		<u> </u>		<u> </u>			<u> </u>	II	_
3)		F M						<u> </u>	_ _		<u> </u>	<u> _ </u>			<u> </u>		<u> _ </u>
4)		F M						<u> </u>		<u> </u>	<u> </u>	<u> _ </u>			<u> </u>	<u> </u>	<u> _ </u>
5)		F M						<u> </u>			<u> </u>	<u> _ </u>			<u> </u>		<u> _ </u>

6)	F M				_ _					<u> </u>	<u> _ </u>
7)	F M				_ _		<u> </u>	<u> _ </u>			<u> _ </u>
8)	<u> </u>			<u> _ </u>	_		II	<u> _ </u>		<u> </u>	<u> _ </u>
9)	F M				_ _		<u> </u>	<u> </u>		<u> </u>	<u> _ </u>

^{*} O número de CPF é obrigatório.

CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZAR ESTES DADOS, ATUALIZE NO CADSUAS.

Escolaridade	Profissão	Tipo de Vínculo	Cargo	Carga Horária	Área de atuação
0 - Sem Escolaridade (pular "área de atuação") 1 - Ensino Fundamental Incompleto (pular "área de atuação") 2 - Ensino Fundamental Completo (pular "área de atuação") 3 - Ensino Médio Incompleto (pular "área de atuação") 4 - Ensino Médio Completo 5 - Ensino Superior Incompleto 6 - Ensino Superior Completo 7 - Especialização 8 - Mestrado 9 - Doutorado	1 - Assistente Social 2 - Psicóloga(o) 3 - Pedagoga(o) 4 - Advogada(o) 5 - Administrador (a) 6 - Antropóloga(o) 7 - Socióloga(o) 8 - Fisioterapeuta 9 - Cientista política(o) 10 - Nutricionista 11 - Médica(o) 12 - Musicoterapeuta 13 - Terapeuta Ocupacional 14 - Economista 15 - Economista Doméstica(o) 16 - Enfermeira(o) 17 - Analista de sistema 18 - Programador(a)	1 – Comissionado 2 – Servidor/Estatutário 3 – Servidor Temporário 4 – Empregado Público (CLT) 5 – Terceirizado 6 – Outro vínculo não permanente 7- Trabalhador de Empresa/ Cooperativa/Entidade Prestadora de Serviços 8 – Voluntário 9 – Sem vínculo	1 – Apoio Administrativo 2 – Coordenador(a)/Dirigente 3 – Educador(a) Social 4 – Estagiária(o) 5 – Outros 6 – Secretária(o) 7 – Secretária(os) de Assistência Social 8 – Secretário Executivo 9 – Serviços Gerais 10 – Técnica(o) de Nível Médio 11 – Técnica(o) de Nível Superior	 Até 10 horas semanais De 11 a 20 horas semanais De 21 a 30 horas semanais De 31 a 40 horas semanais De 41 a 44 horas semanais Mais de 44 horas semanais 	Atenção! Informe a área de atuação apenas para as (os) profissionais que possuem escolaridade de nível médio completo ou superior. 1 — Atividades de gestão (administrativo) 2 — Gestão do SUAS 3 — Vigilância Socioassistencial 4 — Gestão do Trabalho 5 — Regulação do SUAS 6 — Gestão Financeira e Orçamentária 7 — Proteção Social Básica 8 — Proteção Social Especial de Média Complexidade 9 — Proteção Social Especial de Alta Complexidade 10 - Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família 11 — Gestão de Benefícios Assistenciais (BPC, Benefícios Eventuais) 12 — Outros.

19 – Outra(o) profissional de nível superior	
20 - Profissional de nível médio	
21 – Sem formação profissional	

Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Escolaridade, Profissão, ao Tipo de Vínculo, à Função de cada pessoa e a carga horária

BLOCO 7 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

É preciso informar o nome legível do agente responsável pelas informações declaradas no formulário, seu CPF, telefone, e-mail, cargo ou função. Caso não seja o(a) Secretário(a) Municipal de Assistência Social a preencher o questionário, a pessoa que o preencher deverá ser por ele(a) designada.

	Λ	
	4	\
	!	1
_	•	_

É imprescindível que o responsável pelo preenchimento informe a data do preenchimento do formulário.

Identificação da(o) agente responsável, no declaradas neste formulário:	orgão gestor da Assistência Social, pelas informações	
Nome:		
CPF:	Data://	
Cargo/Função:		
Telefone: ()	E-mail:	
Assinatura:		
Segundo a NOB/SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial é co-responsável pelas informações informadas no Censo SUAS. O contato pode vir a ser acionado após o Censo SUAS para responder as demandas da Vigilância Socioassistencial, por isso a importância das informações solicitadas.		

Independentemente de o município possuir área/setor/coordenação de Vigilância Socioassistencial ou não, o gestor pode indicar um funcionário que ficará responsável na secretaria para ser o representante, o que implicará estar em contato e responder as demandas relacionadas à Vigilância.

	<u> </u>
_	

Caso a Vigilância tenha e-mail institucional, favor informá-lo.

Identificação do representante da Vigilância Socioassistencial: Não há representante da Vigilância designado no município <i>(finalizar o questionário)</i>		
CPF:		
Cargo/Função:		
Telefone: ()	E-mail:	
Assinatura:		

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria Municipal de Assistência Social (ou congênere).